DocuSign Envelope ID: 7820665B-5B0A-4240-8E18-2A325BD89BB2

CCR ViaLagos

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

Relatório da administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como sumário do trabalho que a Rodovias dos Lagos S.A. - ("CCR Via Lagos" ou "Companhia" ou "Concessionária") vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados. **1.2. Apresentação:** A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. **1.3. Destaques do Ano de 2021:** A CCR ViaLagos implantou o Programa Costa do Sol Mais Descontos, que tem o objetivo incentivar o turismo na Costa do Sol, promovendo o desenvolvimento turístico da região. A Concessionária manteve às políticas de enfrentamento à pandemia, com ações sociais e divulgação de medidas de prevenção e conscientização aos seus usuários e comunidades lindeiras.

2. Estratégia e Gestão: 2.1. Governança Corporativa: A CCR ViaLagos possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **2.2. Gestão de Pessoas:** A política de gestão de pessoas da Companhia está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2021 foi em média 135.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela AGETRANSP, e são reajustadas anualmente no mês de agosto. Em 2021, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R$ 12,70 para R$ 14,70 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R$ 21,10 para R$ 24,50. A receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R$ 147.396 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, um acréscimo de 20,18% sobre a obtida em 2020. Esta variação é explicada pelo maior fluxo de veículos na rodovia e pelo reajuste das tarifas de pedágio ocorridas em agosto de 2021. Neste mesmo ano a Companhia teve lucro líquido no valor de R$ 46.304, superior em 26,91% quando comparado com o ano de 2020. Este acréscimo é explicado pelo aumento das receitas operacionais realizadas em 2021. No ano de 2021, foram realizados R$ 18.318 em investimentos, destacando-se o investimento em recapeamento e sinalização da rodovia. Em 2021 foram realizados investimentos em manutenções das drenagens, nas contenções e terraplenos e na recuperação do pavimento e sinalização horizontal. Foi realizado em 2021 o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R$ 44.569: R$ 6.426 relativos ao lucro não distribuído dentro de 2020, R$ 37.392 referente ao lucro líquido apurado de janeiro a outubro de 2021 (dividendos intermediários) e R$ 751 referente a juros sobre capital próprio.

4. Sustentabilidade: A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas Voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Carbon Disclosure Program (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em http://www.institutoccr.com.br. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2021, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles a Pesquisa CNT de Rodovias onde a CCR ViaLagos foi a rodovia mais bem avaliada do Estado do Rio por 5 vezes consecutivas, de 2015 a 2019 e também em 2021 (2020 não houve pesquisa por conta da pandemia). Recebeu o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. Em 2021, a CCR ViaLagos trabalhou de maneira integrada à visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão o Programa Caminhos Para a Cidadania, que promove a formação continuada do professor do 1º ao 5º ano por meio de cursos on line, materiais digitais e estratégias pedagógicas pautadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que abordam temas como cidadania, diversidade, educação financeira, segurança no trânsito, preservação do meio ambiente e saúde mental, proporcionando qualificação de educadores para melhorar a qualidade do ensino em sala de aula. Em 2021, pela CCR ViaLagos, o programa atendeu a 485 professores e mais de 20 mil alunos.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2021. **5.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Rio Bonito, 25 de março de 2022.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.100	15.091
Aplicações financeiras	6	2.597	5.788
Contas a receber	7	7.813	5.107
Contas a receber - partes relacionadas	10	880	658
Tributos a recuperar		358	123
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	286	286
Adiantamento a fornecedores		-	4
Despesas antecipadas e outros		607	399
Total do ativo circulante		28.641	27.456
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.054	890
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	6.884	7.170
Depósitos judiciais		421	421
		8.359	8.481
Imobilizado	11	9.743	9.714
Intangível	12	220.895	222.229
Infraestrutura em construção	12	4.103	1.623
Direito de uso em arrendamento	13a	41	75
Total do ativo não circulante		243.141	242.122
Total do ativo		271.782	269.578
Passivo	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulante			
Debêntures	14	9.040	4.325
Passivo de arrendamento	13b	33	33
Fornecedores	15	4.010	4.334
Fornecedores - partes relacionadas	10	961	840
Imposto de renda e contribuição social		5.368	4.720
Impostos e contribuições a recolher		3.101	1.456
Obrigações sociais e trabalhistas		2.998	2.336
Obrigações com o poder concedente		74	60
Provisão de manutenção	17	-	8.971
Outras contas a pagar		72	20
Total do passivo circulante		25.657	27.095
Não circulante			
Debêntures	14	213.666	213.106
Passivo de arrendamento	13b	9	42
IR e CS diferidos	8b	6.586	3.668
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	90	2.350
Fornecedores	15	284	-
Obrigações sociais e trabalhistas		484	88
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	530	488
Total do passivo não circulante		221.649	219.742
Patrimônio líquido			
Capital social	18a	12.550	12.550
Reservas de lucros	18b, 18c e 18d	11.926	5.155
Dividendo adicional proposto	18e	-	5.036
		24.476	22.741
Total do passivo e patrimônio líquido		271.782	269.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados do exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	139.668	112.346
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(7.214)	(2.202)
Provisão de manutenção	17	(722)	(722)
Depreciação e amortização	11 e 12	(7.905)	(7.522)
Custo da outorga	9	(286)	(286)
Serviços		(12.642)	(8.065)
Custos com pessoal		(7.686)	(8.561)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.149)	(1.685)
Outros		(2.420)	(1.971)
		(41.024)	(31.014)
Lucro bruto		98.644	81.332
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(4.228)	(2.215)
Serviços		(7.058)	(6.621)
Materiais, equipamentos e veículos		(322)	(337)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(518)	(458)
Água, luz, telefone, internet e gás		(692)	(596)
Reversão da provisão de perda esperada - contas a receber		1	20
Ressarcimento ao usuário		-	(937)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(103)	(147)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(805)	(69)
Despesas legais e judiciais		(728)	(70)
Reversão/(Provisão) para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	2.260	(194)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(788)	(26)
Outros		(1.333)	(333)
		(14.314)	(11.983)
Outros resultados operacionais		235	428
Resultado antes do resultado financeiro		84.565	69.777
Resultado financeiro	20	(15.670)	(14.681)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		68.895	55.096
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(22.591)	(18.610)
Lucro líquído do exercício		46.304	36.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro 2020	12.550	2.510	1.255	-	9.853	-	26.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	36.486	36.486
Destinações:							
Distribuição de dividendo adicional proposto em 28 de abril de 2020	-	-	-	-	(9.853)	-	(9.853)
Distribuição de dividendos intermediários em 16 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	(29.343)	(29.343)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	-	(609)	(609)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	-	(108)	(108)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	5.036	(5.036)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.390	-	(1.390)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.550	2.510	1.255	1.390	5.036	-	22.741
Distribuição de dividendo adicional proposto em 24 de abril de 2021	-	-	-			-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.304	46.304
Destinações:							
Distribuição de dividendo adicional proposto em 27 de abril de 2021	-	-	-	-	(5.036)	-	(5.036)
Distribuição de reserva de retenção de lucros em 27 de abril de 2021	-	-	-	(1.390)	-	-	(1.390)
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de novembro de 2021	-	-	-	-	-	(37.392)	(37.392)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	-	(638)	(638)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	-	(113)	(113)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	8.161	-	(8.161)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.550	2.510	1.255	8.161	-	-	24.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	46.304	36.486
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.918	1.247
Apropriação de despesas antecipadas	286	286
Depreciação e amortização	7.875	7.492
Depreciação - arrendamento mercantil	30	30
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	20
Juros e variação monetária sobre debêntures	15.920	15.295
Capitalização dos custos de empréstimos	(418)	(344)
(Reversão)/Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(1.503)	997
(Reversão) da provisão para perda esperada - contas a receber	(1)	(20)
Constituição da provisão de manutenção	722	722
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	308	512
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	6
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	6	3
Atualizações monetárias sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	38	216
Juros sobre impostos parcelados	1.157	-
Rendimento de aplicação financeira	1.041	-
	28.379	**26.462**
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(2.705)	228
Contas a receber - partes relacionadas	(386)	(517)
Tributos a recuperar	(235)	342
Despesas antecipadas e outras	(208)	103
Adiantamento a fornecedores	4	34
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(40)	1.137
Fornecedores - partes relacionadas	163	240
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	20.119	16.782
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(18.983)	(17.421)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.058	(2.387)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(795)	(1.019)
Realização provisão de manutenção	(10.001)	(1.938)
Obrigações com o poder concedente	14	(5)
Outras contas a pagar	52	(90)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**62.740**	**58.437**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.043)	(963)
Adições ao ativo intangível	(7.344)	(2.501)
Outros de ativo intangível	755	767
Aplicações financeiras líquidas de resgate	2.150	25.722
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de investimento	**(6.478)**	**23.025**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	-	212.342
Pagamentos de principal	-	(225.331)
Pagamentos de juros	(10.645)	(15.373)
Dividendos e JCP pagos	(44.569)	(39.805)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos de principal	(35)	(33)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(55.253)**	**(68.200)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.009**	**13.262**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.091	1.829
No final do exercício	16.100	15.091
	1.009	**13.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	46.304	36.486
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	46.304	36.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, município Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro. O prazo de concessão inicial de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997, foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir cerca de R$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo metálico de separação de pistas; alargamento da plataforma da rodovia; novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia. **1.2. Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: **i. Indicações da ALERJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro:** As indicações de nºs 4209/2020 e 305/2000, encaminhadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ("ALERJ") ao Governador do Estado recomendando a adoção, pelo Poder Executivo, de medidas associadas à encampação do serviço foram objeto de manifestações técnicas por parte do órgão competente da Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, no sentido contrário às referidas recomendações, conforme noticiado por meio do Ofício nº 969, de 13 de outubro de 2020, encaminhado pela Secretaria da Casa Civil à ALERJ. **ii. Ações Populares e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ - 8º e 10º aditivos contratuais:** Em 19 de outubro de 2019 foi distribuída Ação Popular questionando a validade de aditivos contratuais 8º e 10º, celebrados pela Companhia que reequilibraram o contrato de concessão por meio da extensão de prazo, tendo como Réus a concessionária, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ, a AGETRANSP bem como determinadas pessoas físicas. A concessionária foi citada em 8 de julho de 2020. Alega o autor popular, em resumo, violação ao princípio licitatório e princípio da temporalidade da concessão. Em face da decisão que indeferiu o requerimento de tutela de urgência cautelar incidental formulado pelo Autor Popular foi apresentado o agravo de instrumento em 3 de julho de 2020, para o qual o TJ/RJ não concedeu o efeito suspensivo pleiteado. Em 8 de julho de 2021, foi proferido acórdão negando provimento ao agravo de instrumento do Autor Popular. Na 1ª instância, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ e a AGETRANSP apresentaram a contestação em 18 de agosto de 2020, defendendo plena a validade dos aditivos contestados pelo Autor Popular. Em 27 de agosto de 2020, a concessionária apresentou a sua contestação. Em 22 de fevereiro de 2021, o autor popular apresentou manifestação (i) requerendo a continuidade da demanda independentemente de um posicionamento do Ministério Público, uma vez que as Promotorias de Justiça intimadas a atuar como *custos legis* informaram não possuir competência e (ii) reiterando seu pedido de tutela de urgência cautelar incidental. Em 16 de março de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação do Ministério Público oficiante do Juízo. Em 21 de maio de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes em provas. A Companhia apresentou embargos de declaração do referido despacho para esclarecer omissões. Aguarda julgamento. Os referidos Aditivos são também questionados por meio da Ação Popular nº 0014659-83.2017.8.19.0011. Nesta ação a contestação foi apresentada em 2 de agosto de 2018. Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado petição ratificando a contestação. Em 31 de julho de 2020, o Estado do Rio de Janeiro e o DER/RJ foram citados. Em 28 de outubro de 2020, foi proferido despacho certificando o decurso do prazo para o DER/RJ contestar e determinando a manifestação do Autor Popular. Em 4 de março de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação (i) requerendo a decretação da revelia do DER/RJ, (ii) pugnando pela intimação das partes para que se manifestem sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ, (iii) reiterando seu parecer anterior e (iv) requerendo que a documentação acostada pelo TCE/RJ ao processo seja examinada na prova pericial requerida. Em 21 de maio de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação requerendo a retificação da decisão para que seja indicado um perito judicial. Em 8 de junho de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão supramencionada e apresentou sua manifestação sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos referidos embargos. Referidos aditivos contratuais também são objeto de processos que tramitam perante o TCE/RJ. Em 02 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisões (i) determinando a instauração de Auditoria Extraordinária para fins de subsidiar o exame do 8º Termo Aditivo, bem como os termos que o sucederam, bem como (ii) decretando o sobrestamento do reequilíbrio econômico-financeiro empreendido desde a celebração do 8º Termo Aditivo, concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do Contrato de Concessão 43/1996, decisão essa passível de recurso, com efeito suspensivo. Aguarda-se a publicação das decisões e interposição de eventuais recursos cabíveis. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. ***b) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições

continua

DocuSigned by:
A Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 03620359709
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 22:44:30 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33

DocuSign Envelope ID: 7820665B-5B0A-4240-8E18-2A325BD89BB2

CCR ViaLagos

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide "n". Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. ***k) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***l) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***m) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão rodovária, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. ***o) Arrendamento mercantil:*** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de uso em arrendamento" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa n° 13. ***p) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06:** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***q) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);• Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Contratos de seguros - CPC 50; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 25 de março de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2n	Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC01 (R1)
12	Intangível e infraestrutura em construção
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
17	Provisão de manutenção
21	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e Bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos. O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito

continua

DocuSigned by:
O Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 03620359709
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 22:44:36 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33

DocuSign Envelope ID: 7820665B-5B0A-4240-8E18-2A325BD89BB2

CCR ViaLagos

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 14 e 21. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Debêntures (a)	22.285	239.162
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	961	530
Fornecedores e outras contas a pagar	4.156	284
Obrigações com o poder concedente	74	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	1.851	1.581
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	14.249	13.510
Total - Caixa e equivalentes	16.100	15.091
Aplicações financeiras	**2021**	**2020**
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	2.597	5.788
Total - Aplicações financeiras	2.597	5.788

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (97,11 % do CDI, equivalente a 2,69% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber	**2021**	**2020**
Pedágio eletrônico (a)	7.639	5.164
Receitas acessórias (b)	246	16
	7.885	5.180
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(72)	(73)
	7.813	5.107
Idade de vencimento dos títulos	**2021**	**2020**
Créditos a vencer	7.813	5.107
Créditos vencidos há mais de 180 dias	72	73
	7.885	5.180

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A Provisão perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	68.895	55.096
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(23.424)	(18.733)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	587	191
Remuneração variável de dirigentes estatutários	224	(270)
Despesas indedutíveis	(255)	(67)
Juros sobre capital próprio	255	244
Outros ajustes tributários	22	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.591)	(18.610)
Impostos correntes	(19.673)	(17.363)
Impostos diferidos	(2.918)	(1.247)
	(22.591)	(18.610)
Alíquota efetiva de impostos	32,79%	33,78%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

			2021		
	2020	**Reconhecido no resultado**	**Valor Líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(290)	554	264	264	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	25	-	25	25	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	799	(769)	30	30	-
Provisão de manutenção	3.051	(3.051)	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei n° 12.973/14 (a)	(2.366)	91	(2.275)	-	(2.275)
Tributos com exigibilidade de suspensão	-	83	83	83	-
Ajuste a valor presente	(200)	(63)	(263)	-	(263)
Capitalização de juros	(4.371)	26	(4.345)	-	(4.345)
Custo de Transação de Empréstimos	(489)	185	(304)	-	(304)
Outros	173	26	199	199	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(3.668)	(2.918)	(6.586)	601	(7.187)
Compensação de imposto	-	-	-	(601)	601
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(3.668)	(2.918)	(6.586)	-	(6.586)

			2020		
	2019	**Reconhecido no resultado**	**Valor Líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	585	(509)	76	76	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	32	(7)	25	25	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	733	66	799	799	-
Provisão de manutenção	3.290	(239)	3.051	3.051	-
Diferenças temporárias - Lei n° 12.973/14 (a)	(7.154)	(272)	(7.426)	-	(7.426)
Outros	93	(286)	(193)	173	(366)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(2.421)	(1.247)	(3.668)	4.124	(7.792)
Compensação de imposto	-	-	-	(4.124)	4.124
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(2.421)	(1.247)	(3.668)	-	(3.668)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão	**2021**	**2020**
Circulante	286	286
Não circulante	6.884	7.170
	7.170	7.456

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi apropriado ao resultado o montante de R$ 286 (R$ 286 no exercício de 2020). Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações 2021		**Saldos 2021**	
			Ativo	**Passivo**
	Despesas/Custos com serviços prestados	**Receitas brutas**	**Contas a Receber**	**Fornecedores e contas a pagar**
Controladora				
CCR	2.809 (a)	-	-	544 (a)
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	10 (j)	-	-	158 (h)
CPC	3.870 (b)	-	-	-
Samm	144 (c)	101 (c)	1.493 (c)	701 (d)
SPVias	-	-	89 (h)	-
Barcas	-	-	3 (d)	4 (d)
Conces. ViaRio S.A.	1 (i)	-	349 (d)	84 (d)
Instituto CCR	143 (e)	-	-	-
Total	6.977	101	1.934	1.491

	Transações 2020		**Saldos 2020**	
			Ativo	**Passivo**
	Despesas/Custos com serviços prestados	**Receitas brutas**	**Contas a Receber**	**Fornecedores e contas a pagar**
Controladora				
CCR	2.746 (a)	-	-	215 (a)
Outras partes relacionadas				
AutoBAn	-	-	-	3 (d)
CPC	3.127 (b)	-	271 (f)	301 (b)
Samm	143 (c)	83 (c)	1.266 (c)	665 (c)
Barcas	-	-	11 (d)	144 (d)
Instituto CCR	37 (e)	-	-	-
Total	6.053	83	1.548	1.328

Despesas com profissionais chaves da administração	**2021**	**2020**
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.383	1.203
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	701	163
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	110	361
Previdência privada	61	50
Seguro de vida	3	2
	2.258	1.779
Saldos a pagar aos profissionais chave da administração	**2021**	**2020**
Remuneração dos administradores (g)	840	255

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 20 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.800, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (Global Business Services), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR - GBS (Global Business Services), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subseqüente após recebimento e aceitação; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (e) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; (f) Refere-se a PPR relativo à transferência de colaboradores, (g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; (h) Venda de Ativo Imobilizado entre as empresas; (i) Reembolso de despesas de viagens efetuados a colaborares transferido; e (j) Locação de espaço para painéis publicitários referente a campanha "Costa do Sol Mais Descontos".

11. Ativo Imobilizado

		2020	**2021**			
Valor de custo	**Taxa média anual de depreciação %**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Móveis e utensílios		584	-	-	-	584
Máquinas e equipamentos		6.142	-	(5)	1.473	7.610
Veículos		3.947	-	(161)	-	3.786
Equipamentos operacionais		8.183	-	(7)	210	8.386
Imobilizações em andamento		1.474	2.133	-	(1.699)	1.908
Total custo		20.330	2.133	(173)	(16)	22.274

		2020	**2021**			
Valor de depreciação	**Taxa média anual de depreciação %**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Móveis e utensílios	10	(350)	(40)	-	-	(390)
Máquinas e equipamentos	15	(4.063)	(650)	5	-	(4.708)
Veículos	24	(2.090)	(620)	161	-	(2.549)
Equipamentos operacionais	11	(4.113)	(778)	7	-	(4.884)
Total depreciação		(10.616)	(2.088)	173	-	(12.531)
Total geral		9.714	45	-	(16)	9.743

		2019	**2020**			
	Taxa média anual de depreciação %	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Valor de custo						
Móveis e utensílios		448	-	-	136	584
Máquinas e equipamentos		5.754	-	(1)	389	6.142
Veículos		3.491	-	(962)	1.418	3.947
Equipamentos operacionais		7.188	-	-	995	8.183
Imobilizações em andamento		3.280	1.112	(10) (b)	(2.908)	1.474
Total custo		20.161	1.112	(973)	30	20.330
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(315)	(35)	-	-	(350)
Máquinas e equipamentos	15	(3.484)	(579)	-	-	(4.063)
Veículos	24	(2.500)	(547)	957	-	(2.090)
Equipamentos operacionais	11	(3.383)	(730)	-	-	(4.113)
Total depreciação		(9.682)	(1.891)	957	-	(10.616)
Total geral		10.479	(779)	(16)	30	9.714

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 90 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 149 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 e 2020 foram, respectivamente, 6,58% a.a. e 5,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures). (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível. (b) Em 2020, reclassificações do ativo imobilizado para o custo.

12. Intangível e infraestrutura em construção

		2020	**2021**			
Valor de custo	**Taxa média anual de amortização %**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Transferências (a)**	**Outros (b)**	**Saldo final**
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		304.159	-	5.031	(755)	308.435
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.328	-	68	-	2.396
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		436	161	(52)	-	545
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	290
Total custo		315.470	161	5.047	(755)	319.923
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(83.020)	(5.540)	-	-	(90.481)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.675)	(246)	-	-	(1.921)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(289)	(1)	-	-	(290)
Total amortização		(93.241)	(5.787)	-	-	(99.028)
Intangível		222.229	(5.626)	5.047	(755)	220.895
Infraestrutura em construção		1.623	7.511	(5.031)	-	4.103

		2019	**2020**				
	Taxa média anual de amortização %	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Outros (b)**	**Saldo final**
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		301.686	-	-	2.473	-	304.159
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.061	-	-	267	-	2.328
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		412	325	(4)	(297)	-	436
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	-	290
Total custo		304.449	325	(4)	2.443	-	307.213
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(77.691)	(5.329)	-	-	-	(83.020)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.405)	(270)	-	-	-	(1.675)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(287)	(2)	-	-	-	(289)
Total amortização		(79.383)	(5.601)	-	-	-	(84.984)
Intangível		312.706	325	(4)	2.443	-	222.229
Infraestrutura em construção		2.492	2.371	-	(2.473)	(767)	1.623

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 328 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 195 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 e 2020 foram, respectivamente, 6,58% a.a. e 5,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures). (*) Amortização pela curva de benefício econômico; (a) Reclassificação entre o ativo imobilizado e ativo intangível; e (b) Refere-se a recebimento de sinistros de obras em andamento.

13. Arrendamento mercantil: a. Direito de uso em arrendamento

	2020	**2021**		
	Saldo inicial	**Adições/Remensuração**	**Depreciação**	**Saldo final**
Veículos	75	(4)	(30)	41
	75	(4)	(30)	41

b. Passivo de arrendamento

	2020	**2021**				
	Saldo inicial	**Adições/ Remensuração**	**Reversão do ajuste a valor presente**	**Pagamentos**	**Transferências**	**Saldo final**
Circulante	33	-	6	(35)	29	33
Não circulante	42	(4)	-	-	(29)	9
	75	(4)	6	(35)	-	42

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R$ 38 (R$ 47 em 31 de dezembro de 2020), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante	**2021**
2023	9

14. Debêntures

Série	**Taxas contratuais**	**Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)**	**Custos de transação incorridos**	**Saldos dos custos a apropriar 2021**	**Vencimento final**	**2021**	**2020**
1.5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% A.A.	3,0762% (a)	1.658	894	Julho de 2023	222.706	217.431 (b)
Total geral				894		222.706	217.431

	2021	**2020**
Circulante		
Debêntures	9.600	4.868
Custos de transação	(560)	(543)
	9.040	4.325
Não Circulante		
Debêntures	214.000	214.000
Custos de transação	(334)	(894)
	213.666	213.106

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2021**
2023	213.666

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 2 de julho de 2020, ocorreu a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos. O valor da emissão foi de R$ 214.000, com remuneração de CDI + 2,80% a.a. e vencimento do principal em 2 de julho de 2023, conforme percentuais definidos na escritura de emissão. Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais e consecutivas, desde 2 de janeiro de 2021. Durante o exercício de 2021, houve o pagamento no montante de R$ 10.645, referente a juros. Esta emissão não conta com garantia. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado, a qual será apurada semestralmente, seja superior a 4, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada conforme definida na escritura. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, com acréscimo de prêmio ao valor de resgate antecipado, descrito na escritura.

15. Fornecedores	**2021**	**2020**
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	4.003	4.329
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	7	5
	4.010	4.334
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	284	-
	284	-

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020	**2021**				
	Saldo Inicial	**Constituição**	**Reversão**	**Pagamentos**	**Atualização de bases processuais e monetárias**	**Saldo final**
Não circulante						
Cíveis e administrativos	279	1.020	(526)	(795)	31	9
Trabalhistas e previdenciários	42	32	-	-	7	81
Tributários	2.029	500	(2.529)	-	-	-
	2.350	1.552	(3.055)	(795)	38	90

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2021	**2020**
Cíveis e administrativos	983	253
	983	253

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2021 é de R$ 1.129 (R$ 1.024 em 31 de dezembro de 2020).

continua

DocuSigned by:
O Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 036203597 09
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 22:44:40 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33

DocuSign Envelope ID: 7820665B-5B0A-4240-8E18-2A325BD89BB2

CCR ViaLagos

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

17. Provisão de manutenção

	2020	2021			
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	8.971	722	308	(10.001)	-
	8.971	722	308	(10.001)	-

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49 a.a., respectivamente.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2021				2020			
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
CCR S.A.	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	0,01%	1	5	-	0,01%	1	5	-
	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000

b. Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. **c. Reserva estatutária:** É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido. **d. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. Em 20 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento do saldo de lucros restantes após as destinações, no montante de R$ 1.390, correspondente a R$ 0,03952277525 por ação, inicialmente destinado à Reserva de Retenção de Lucros. O pagamento foi realizado em 27 de abril de 2021. **e. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/76). Em 20 de abril de 2021, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais proposto relativo ao exercício de 2020 conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2021, no valor de R$ 5.036, correspondente a R$ 0,1432 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2021. Em 23 de novembro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração, o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2021, no montante de R$ 37.392 correspondentes a R$ 1,0632 por ação, à conta da totalidade dos lucros apurados entre 1° de janeiro de 2021 e 31 de outubro de 2021. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido do exercício	46.304
(-) Constituição de reserva estatutária e legal	-
Lucro líquido ajustado	46.304
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	11.576
Total de juros sobre capital próprio pagos	(751)
Total dos dividendos pagos	(37.392)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(38.143)

f. Juros sobre capital próprio: Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o destaque de Juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2021, no valor bruto de R$ 751, correspondente a R$ 0,021 por ação, sendo que, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 638 correspondente a R$ 0,018 por ação, com pagamento realizado em 16 de dezembro de 2021.

19. Receitas operacionais	2021	2020
Receitas de pedágio	146.570	121.799
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	7.214	2.202
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	101	83
Receitas acessórias	725	759
Receita bruta	154.610	124.843
Impostos sobre receitas	(12.761)	(10.633)
Abatimentos	(2.181)	(1.864)
Deduções das receitas brutas	(14.942)	(12.497)
Receita operacional liquída	139.668	112.346

20. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(15.920)	(13.484)
Variação monetária sobre debêntures	-	(4.113)
Juros sobre impostos parcelados	(1.157)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(308)	(512)
Capitalização de custos dos empréstimos	418	344
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(6)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(6)	(3)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(399)	(400)
	(17.372)	(18.174)
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	-	2.302
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.275	830
Juros e outras receitas financeiras	427	361
	1.702	3.493
Resultado financeiro líquido	(15.670)	(14.681)

21. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.851	-	-	1.581	-	-
Aplicações financeiras	16.846	-	-	19.298	-	-
Contas a receber	-	7.813	-	-	5.107	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.934	-	-	1.548	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(222.706)	-	-	(217.431)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(4.366)	-	-	(4.354)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.491)	-	-	(1.328)
Passivo de arrendamento	-	-	(42)	-	-	(75)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(74)	-	-	(60)
	18.697	9.747	(228.679)	20.879	6.655	(223.248)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	223.600	232.016	218.868	233.175

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2:	2021	2020
Aplicações financeiras	16.846	19.298

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (4) (5)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Passivos financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2023	223.600	(27.179)	(32.413)	(37.647)
Aplicação financeira (MenkarII) (3)	CDI (2)		17.126	1.542	1.927	2.311
ISS Parcelado	Selic (6)		1.150	(105)	(132)	(158)
Total dos efeitos de ganho ou (perda)				(25.742)	(30.618)	(35.494)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			9,15%	11,43%	13,72%
	Selic (6)			9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada. (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e (6) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente:

	2021	2020
Compromisso de investimento	57.144	51.068

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstração dos fluxos de caixa: a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento	Debêntures	Dividendos e JCP pagos	Arrendamento mercantil	Total
Saldo Inicial	(217.431)	-	(75)	(217.506)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	10.645	-	35	10.680
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	-	44.569	-	44.569
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	10.645	44.569	39	55.253
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(15.920)	-	-	(15.920)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(44.569)	4	(44.569)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(6)	(6)
Total das outras variações	(15.920)	(44.569)	(6)	(60.495)
Saldo Final	(222.706)	-	(42)	(222.748)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Geral
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Operacional
Guilherme Motta Gomes	Diretor Operacional

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0"S"RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 2 (g), 2(n) e 12 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Durante o exercício de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R$ 7.511 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos**.** Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 1.2 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia é parte em diversas ações populares, bem como em processos que tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ("TCE/RJ"), questionando a validade do 8º e 10º aditivos contratuais celebrados entre a Companhia e o Poder Concedente. Tais aditivos, tratam, substancialmente, da extensão do prazo de concessão da Companhia por mais 15 anos (até janeiro de 2037), em função de desequilíbrios contratuais. Em 2 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisão concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do contrato de concessão concedida por meio do 8º Termo Aditivo Contratual. A decisão é passível de recurso e, aguarda-se a publicação das decisões e interposição de recursos cabíveis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com ba se nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contador CRC 1SP-252905/O-2

DocuSigned by:
O Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 03620359709
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 22:44:44 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33